



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

AS DECLARAÇÕES DE WALTER DELGATTI NA CPMI DO 8 DE JANEIRO

Foi realizada na quinta-feira, 17/08, a **oitava do depoimento de Walter Delgatti**, o hacker investigado pela tentativa de invasão nos sistemas do Judiciário com a intenção de tumultuar as Eleições de 2022. Delgatti já fora assunto nacional em 2019, quando invadiu e vazou mensagens do ex-juiz e atual Senador da República, Sérgio Moro (União/PR), em um episódio que ficou conhecido como “Vaza-Jato”. As acusações feitas por Walter Delgatti são graves e dispõem sobre a deputada Carla Zambelli (PL/SP) e o ex-Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Segundo o hacker da CPMI, que fora detido em junho pela Polícia Federal, ele foi procurado às vésperas das Eleições de 2022 pela deputada, que o pediu para que invadisse uma urna eletrônica ou qualquer sistema do Judiciário brasileiro com a intenção de mostrar a fragilidade do sistema eleitoral e/ou da Justiça. A deputada, que supostamente pagou R\$ 40 mil a Delgatti pelo serviço, foi alvo de mandados de busca e apreensão no início deste mês. Em relação a Jair Bolsonaro, Walter Delgatti contou que conversou por telefone com o ex-presidente e que, na suposta conversa, Bolsonaro teria prometido um indulto ao hacker caso ele fosse preso por uma ação contra as urnas eletrônicas. Após a oitava, Delgatti foi ouvido novamente pela Polícia Federal nesta sexta-feira (18/08) e apuram-se as acusações contra a deputada paulista e o ex-presidente.



“À época, eu era o hacker da Lava Jato, né. Então, seria difícil a esquerda questionar essa autoria, porque lá atrás eu teria assumido a ‘Vaza-Jato’, que eu fui, e eles apoiaram. Então, a ideia seria um garoto da esquerda assumir esse grampo.”

Walter Delgatti,
hacker



“A justiça virá. Minha inocência será provada, acredito na justiça de Deus.”

Carla Zambelli (PL/SP),
Deputada Federal

DESENTENDIMENTO ENTRE LIRA E HADDAD TRAVA NOVO ARCABOUÇO FISCAL NA CÂMARA

Após período considerado de “lua de mel”, entre o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e o presidente da Câmara dos deputados, Arthur Lira (PP/AL), com elogios simultâneos, **a relação de ambos esfriou** após falas do Ministro, nas quais disse que “a Câmara dos Deputados está com poder muito grande e não pode usar esse poder para humilhar o Senado e o executivo.”

Apesar do ministro ponderar que o trecho não seria uma crítica a atuação da Câmara, as falas não foram bem recebidas por Lira, e como resultado, culminou com o adiamento das negociações do texto advindo do Senado do PLP 93/2023, que trata sobre o novo arcabouço fiscal, matéria de extrema prioridade para o Governo.

Havia sido agendada uma reunião entre o colégio de líderes e o relator, deputado Claudio Cajado (PP/BA) na última terça-feira (15) para definir os trâmites da revisão do projeto na Câmara, todavia, com as declarações, a discussão foi adiada para a próxima segunda-feira (21).

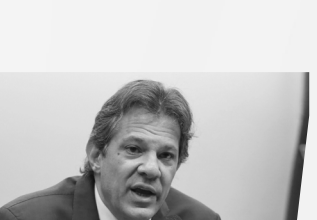
O presidente informou ainda que houve um “atropelo”, na véspera, em relação às conversas para aprovação do novo marco fiscal, referindo-se a mal-estar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas ponderou haver possibilidade de o arcabouço ser resolvido já na próxima semana.

Após o explícito mal-estar, nesta quinta-feira (17), o Ministro informou que “não tem arestas” para serem aparadas, com o Presidente da casa, e que por tanto já está tudo “resolvido”.



“A Câmara tratou de dar todo o conforto para esse governo, nesse ano. Sem a PEC da Transição o governo não teria a tranquilidade orçamentária que tem, o arcabouço fiscal, a inédita reforma tributária e o Carf.”

Arthur Lira,
Presidente da Câmara dos Deputados



“O presidente Lira é um homem responsável, já falou várias vezes que vai pautar. Tem 2 textos, eles têm que discutir qual dos 2 vão votar no plenário, mas vêm para sanção residencial”.

Fernando Haddad
Ministro da Fazenda

REFORMA MINISTERIAL AINDA NÃO ANUNCIADA

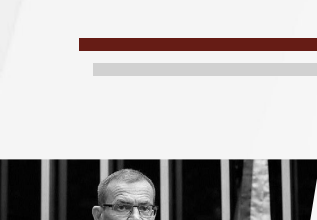
O Governo, em busca de consolidar a base no Congresso Nacional, está negociando uma nova reforma ministerial. A troca do ministério do Turismo já indicava essa tendência.

A negociação vem sendo feita com dois partidos: PP e Republicanos. Circula a informação que o partido do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), tem interesse em assumir o Ministério do Desenvolvimento Social, hoje ocupada pelo senador Wellington Dias (PT/PI), e a Caixa Econômica Federal. Já sobre o Republicanos, circula a informação de que o partido poderia assumir o Ministério de Portos e Aeroportos, hoje comandado por Márcio França (PSB/SP). Ainda, aventa-se a possibilidade de aumentar uma nova pasta, o Ministério da Micro e Pequena Empresa, com objetivo de abrir espaço para os possíveis aliados.



“Quem troca e anuncia novo ministro é o presidente da República... Mas eu diria que está muito perto dele anunciar o que vai fazer”

Rui Costa (PT/BA),
Ministro da Casa Civil



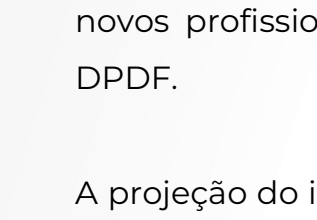
“Eu não acredito nesse raciocínio de que deixamos de ganhar com a reforma ministerial... Acredito na convergência, isso [reforma ministerial] faz parte do arranjo político e da base de coalizão. Todos os partidos estão envolvidos nesse processo, as vezes um com mais destaque do que o outro. Mas o objetivo ainda é um só.”

Fabiano Contarato (PT/ES),
Líder do PT no Senado

COMISSÃO DA CLDF APROVA PROJETO QUE PREVÊ NOMEAÇÕES NA DEFENSORIA PÚBLICA DO DF

No dia 15 de agosto, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) aprovou o Projeto de Lei 384/2023, o qual introduz alterações à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano em curso. Elaborado pelo Poder Executivo, esse projeto visa autorizar um aumento nas despesas com pessoal destinadas à Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), possibilitando a nomeação de 35 novos profissionais para o cargo de Analista de Apoio à Assistência Judiciária da DPDF.

A projeção do impacto financeiro está estimada em R\$ 3.858.741 para o ano de 2023, R\$ 4.738.952 para 2024 e R\$ 4.766.524 para 2025. O projeto agora aguarda análise em plenário e segue um processo de tramitação em regime de urgência.



“Sabemos do impacto financeiro, mas devemos flexibilizar devido à importância do trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública”.

Paula Belmonte (PODEMOS),
Deputada Distrital



“Precisamos também dos nossos colegas defensores. Peço para que a Defensoria mande para a Câmara Legislativa a criação dos cargos para podermos fazer a nomeação”

Jorge Vianna (PSD),
Deputado Distrital